

Ata nº 5 / XIII / 1.ª SL

Ao nono dia do mês de Dezembro de 2015, pelas onze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. **Informações gerais**
2. **Grupos Parlamentares de Amizade: Emissão de parecer sobre a proposta do Senhor Presidente da Assembleia da República**
3. **Revisão da Estratégia Europeia de Segurança**
4. **Análise e discussão de propostas para o Plano de atividades para a XIII Legislatura**
5. **Análise do orçamento da Comissão para a XIII Legislatura**
6. **Aprovação de ata n.º 3/XII/1ª de 24 de novembro de 2015**
7. **Outros assuntos**

Ponto 1.

Aberta a reunião, o **Senhor Presidente da Comissão** deu as boas vindas a todos os Senhores Deputados, começando por dar as boas vindas aos trabalhos da Comissão da Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP), e dos Senhores Deputados do PSD, Fernando Negrão, e Jorge Moreira da Silva. Seguidamente, informou a Comissão sobre as seguintes matérias:

- Está definitivamente agendada a audição do Observatório da Emigração, para o próximo dia 15 do corrente mês, pelas 15 horas. Irão estar presentes o Prof. Dr. Rui Pena Pires e três investigadoras daquele Observatório, a saber, as Doutoras Cláudia Pereira, Inês Espírito Santo, e Joana Azevedo.

- Igualmente confirmada está a reunião com o Senhor Guillermo Fariñas, a qual terá lugar já amanhã, dia 10, pelas 10.30 horas. Para além da presença dos Senhores Deputados da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas que queiram comparecer, está conformada a presenças da Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, bem como do Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.
- Chegou a esta Comissão um pedido formulado pelo Instituto Diplomático, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no sentido de poderem ser recebidos em reunião nesta Comissão os adidos de embaixada recém-formados naquele Instituto. A reunião teria lugar a 7 de janeiro do próximo ano, no período da manhã e em horário a fixar oportunamente, sendo solicitada, em função da especificidade do encontro, a presença dos Presidentes das 2.^a e 4.^a Comissões, bem como dos Senhores Deputados eleitos pelos círculos da emigração.

Ponto 2.

Relativamente a esta matéria, anunciou o Senhor Presidente ter sido remetido a esta Comissão, na passada sexta-feira, o projeto de deliberação do Senhor Presidente da Assembleia da República (PAR), entretanto difundido pelos diferentes Grupos Parlamentares. Numa primeira leitura, ressaltou no mencionado projeto a deficiente representação conferida aos países do Magrebe e da América Latina.

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)**, manifestando dúvidas quanto ao modo como se processaria o funcionamento dos Grupos regionais, cuja criação é inédita e deve merecer a correspondente revisão da Resolução da Assembleia da República que expressamente prevê os critérios e regras de funcionamento dos Grupos Parlamentares de amizade. Sublinhou, ainda, a ausência da Noruega e de Andorra. No primeiro caso, lembrou que Portugal beneficia de quotas especiais para pesca do bacalhau, além de beneficiar de apoios diretos para a investigação científica. Já no caso de Andorra, lembrou que cerca de 12% da população é de origem portuguesa, sendo maior do que a comunidade francesa. Acresce que Andorra, além de manter com Portugal um forte e proveitoso relacionamento diplomático, permite o acesso de nacionais portugueses à respetiva Administração Pública, conferindo-lhes paridade de tratamento em quase todas as atividades, designadamente e por exemplo, nos negócios e no acesso a título de condução

rodoviária. A finalizar, propôs que a análise deste projeto de deliberação do PAR fosse objeto de parecer da Comissão.

Intervio o **Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD)** para lembrar a relevância de países com a Suíça e a Suécia. Não sendo contra os Grupos Parlamentares regionais, deve, porém, existir uma explicação mais profunda acerca do modo como os mesmos devem funcionar.

Intervio a **Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP)** que, após ter cumprimentado todos os presentes, anunciou passar a ser a própria a exercer as funções de coordenadora do seu Grupo Parlamentar. De seguida e quanto à matéria em causa, apontou algumas falhas no projeto sob análise, a começar pela ausência de previsão de relacionamentos bilaterais ao presente nível com países como a Argélia, por motivos relacionadas com a nossa segurança energética, a Colômbia, onde existe já uma representativa comunidade portuguesa fruto da internacionalização da nossa economia, e o México. Referiu que o Magrebe nem sequer consta do projeto enquanto Grupo regional, isto sem prescindir das fortes dúvidas que possui relativamente ao funcionamento deste tipo de estrutura. Lembrou, ainda, que a Noruega é financiadora direta de Portugal (ambiente e mar).

Conferida a palavra ao senhor **Deputado João Oliveira (PCP)**, referiu que, apesar de o seu Grupo não ter ainda tido tempo para analisar em profundidade o projeto em causa, ressaltaram-lhe desde logo dois aspetos: em primeiro lugar, por lhe parecer que a proposta do PAR prevê países que não têm vindo a respeitar a regra da reciprocidade relativamente à criação de idênticos Grupos nos respetivos Parlamentos. Depois, estranhou o facto de o projeto ter eliminado Grupos cujo funcionamento vinha sendo exemplar e frutuoso, critério que, atentas as finalidades em presença, deveria ser dos mais relevantes. Independentemente das restrições orçamentais, Grupos existiram que mantiveram e até incrementaram os seus relacionamentos. Sinalizou com preocupação o desaparecimento de alguns Grupos Parlamentares de Amizade na América Latina, realçando o caso de Cuba. Mais, acompanhou as preocupações gerais manifestadas relativamente ao funcionamento e operacionalização de uma lógica de agrupamento de grandes aglomerados geográficos.

Tomou a palavra o **Senhor Presidente**, para lembrar alguns casos que, no domínio em presença, não podem ser olvidados. Desde logo, o caso da Grécia, cujos representantes diplomáticos têm desde sempre manifestado a necessidade (e o gosto) de ter um Grupo Parlamentar de amizade com Portugal. Depois, manifestou dificuldade em representar o que poderia vir a ser um Grupo conglomerador da Europa Ocidental e Central, dadas as disparidades políticas facilmente constatáveis e dificilmente conciliáveis. A finalizar, lembrou os casos de Cuba, bem como da Tunísia __ pelas mesmas razões que a Argélia __ e do Uruguai, dados os laços fundacionais com Portugal.

Interveio o **Senhor Deputado Paulo Neves (PSD)** tendo sugerido a institucionalização de um *numerus clausus* de países, sendo da liberdade aos Deputados para, com tal limite, poderem decidir com que países pretendem relacionar-se a este nível. Concordou, também, que Andorra __ país que apenas possui em funcionamento três Grupos Parlamentares de Amizade, sendo um deles com Portugal __, Tunísia e Suíça não podem ser esquecidos para os efeitos presentes.

Interveio a **Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** sinalizando a relevância da presente discussão e da reflexão em presença. Individualizando, sublinhou o caso da Noruega, pois tendo integrado o Grupo respetivo, pode atestar da quantidade e qualidade do trabalho desenvolvido. Defendeu que a 2.^a Comissão tem de saber prevalecer a sua posição acerca desta matéria, e comunica-la devidamente ao PAR.

Tomou a palavra o **Senhor Presidente**, fazendo uma curta resenha do processo que conduziu à discussão desta matéria nesta Comissão, sublinhando o facto de a mesma resultar do aditamento formal de tal competência no leque de atividades formalmente cometidas à Comissão, tal como foi em tempo defendido em Conferência de Presidentes de Comissão, fazendo prevalecer a ideia de que apenas esta comissão possui uma visão alargada e de conjunto acerca da matéria.

Interveio o Senhor **Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para salientar a verificação de unanimidade na comissão relativamente a alguns aspetos, como sejam a consagração de uma certa parcimónia financeira na criação de Grupos Parlamentares de Amizade, e da recusa da lógica subjacente à individualização dos Grupos regionais, relativamente aos quais não vislumbra motivação ou vantagens, sublinhando o facto de tal critério privilegiar realidades meramente geográficas e não políticas.

Pediu a palavra ao **Senhor Deputado Carlos Gonçalves (PSD)** para lembrar que tanto Andorra como a Suíça não estão presentes na União Europeia, facto que impõe a necessidade de conferir maior atenção a ambos os países, salvaguardando a situação da forte comunidade portuguesa residente nos mesmos. Salientou, ainda, que a lógica subjacente aos Grupos regionais pode trazer embaraços diplomáticos, designadamente com os países do norte de África.

Retomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Pisco (PS) para defender salvo explicação profunda e fundamentada, a supressão dos Grupos regionais. Mais defendeu que, se a questão for posta no domínio financeiro, então, é preferível substituir-se os Grupos regionais por outros tantos bilaterais. Relembrou os casos da Argélia e da Tunísia, país inspirou a sua revisão constitucional no caso português. Defendeu, ainda, que o elenco dos países constante do projeto deva possuir carácter meramente indicativo, garantindo flexibilidade

para, sob proposta da Comissão e superior aprovação do PAR, poderem ser criados Grupos além dos que venham a ficar expressamente previstos.

Interveio o **Senhor Presidente**, concordando com a inclusão de uma cláusula de flexibilidade com o teor e finalidade anteriormente referenciados. Mais, sugeriu que, atenta a natureza, relevância e implicações deste tema, deve ser nomeado um Deputado Relator para elaboração de parecer, a ser posteriormente apreciado e consolidado em reunião da Comissão. Esclarecido pelos serviços que, nos termos da grelha de distribuição em vigor, tal função caberia ao PSD.

Interveio o **Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD)** para informar que o Relatório ficará a cargo do Senhor Deputado Paulo Neves.

Ponto 3.

Sobre esta matéria o **Senhor Presidente** pôs a Comissão a par da proposta formulada pela CAE, propondo que a articulação entre Comissões e o conseqüente alinhamento final da posição do Paramentos, seja posterior à apresentação e discussão do Parecer da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Interveio o Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD) para salientar a importância de o Parlamento apresentar uma posição conjunta, que deve ser aprovada enquanto tal, sendo o documento final consensualizado e ratificado pelas diferentes Comissões envolvidas.

Interveio o Senhor Presidente, salientando o facto de estar em causa, sobretudo, uma questão de metodologia: os se cria um Grupo de Trabalho para consensualizar um documento comum, ou é elaborado apreciado e votado em primeiro lugar um parecer da Comissão, a ser posteriormente articulado e vertido num documento final comum, sendo esta última, no seu entendimento, a opção preferível.

Interveio o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) para referir, em sede metodológica, dever haver uma Comissão competente para reunir e sumarizar os dados recebidos das restantes, pois só assim será possível, à imagem de situações antecedentes, recolher o que de melhor e em especial cada Comissão pode trazer à elaboração de semelhante documento.

Interveio a Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP) para concordar com a posição manifestada pelo Senhor Presidente, tendo em conta a exiguidade do prazo e a abrangência do tema.

Ponto 4.

Relativamente a esta matéria deu o **Senhor Presidente** a conhecer que já quase todos os Grupos Parlamentares fizeram chegar propostas para consideração no âmbito do Plano de Atividades da Comissão, o que permitiu elaborar um primeiro *draft* que funcionará com base de trabalho.

Pedi a palavra o **Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE)** para dar conta de não ter apresentado propostas pelo facto de, analisadas todas as difundidas pelos serviços, oriundas das diferentes formações políticas, se rever em todas elas, pelo que ficará apenas a faltar proceder à respetiva consolidação.

Interveio o **Senhor Presidente** para, considerando as propostas remetidas aos serviços, aduzir um outro tema, a saber, *a União Europeia e a política de financiamento dos países*. Relembrou, ainda, a necessidade de ser elaborado o Orçamento da Comissão, para apreciação já na próxima reunião.

Interveio o **Senhor Deputado Sérgio Azevedo (PSD)** para informar que fará chegar aos serviços propostas adicionais sobre o tema em discussão, sem prejuízo de, desde já, identificar a questão dos fluxos migratórios e do acompanhamento da rede consular e diplomática, sem esquecer a segurança energética e alterações climáticas, bem como o aprofundamento do diálogo no mediterrâneo e a agenda para o desenvolvimento.

Interveio também o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** apelando à necessidade de aprofundar as atividades no âmbito das Comunidades Portuguesas, que não estão satisfatoriamente lançadas no *draft* em análise.

Interveio o **Senhor Presidente** para lembrar tratar-se de um primeiro documento de abordagem à planificação da matéria, sendo que, pelo que ao PS diz respeita, verifica que as seis ou sete propostas do PS estão previstas no texto em análise. Solicitou que a revisão ou o aditamento de mais propostas ainda é tempestivo, devendo ser articulado com os serviços, à imagem do procedimento atrás combinado com o PSD.

Interveio o **Senhor Deputado João Oliveira (PCP)** para referir que as propostas apresentadas pelo seu Grupo estão contidas no documento, embora a matéria do Tratado Transatlântico de Pareceria Comercial (vulgo, TTIP) mereça aprofundamento no texto final. Concorda com o Senhor Deputado Paulo Pisco, no sentido em que a alusão ao acompanhamento das comunidades portuguesas deva ser desagregada nalgumas das suas componentes.

Interveio a **Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS)** para lembrar, em reforço do referido pelo Senhor Deputado Paulo Pisco, a necessidade de prever atividades que

contemplem a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), designadamente dos seus Comités Económico e Social, e Sindical.

Interveio a **Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS-PP)** para referir que o seu Grupo se revê nas grandes orientações traçadas, as quais incorporaram as propostas do seu partido, relembrando a relevância em reeditar a Semana Azul dedicada ao mar, envolvendo ao Parlamento.

Interveio, a finalizar, o **Senhor Presidente**, relembrando que estamos perante um documento de grandes orientações, de onde sairá um plano de atividades, cujo teor concreto será aprovado na próxima reunião, para cujo efeito devem os diferentes Grupos Parlamentares endereçar aos serviços as respetivas propostas ou o seu aprofundamento, consoante os casos.

Questionou o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** sobre se o plano de atividades será remetido à Presidência do Parlamento, caso em que as deslocações de elementos da comissão devem obrigatoriamente constar do mesmo.

Em resposta, o **Senhor Presidente** respondeu afirmativamente.

Ponto 5.

Relativamente a este ponto, explicou o **Senhor Presidente** que o Orçamento da Comissão está dependente da consolidação do Plano de Atividades, pelo que se reserva a sua discussão e aprovação para momento concomitante.

Ponto 6.

Relativamente a este ponto da O.D., interveio o **Senhor Deputado Paulo Pisco (PS)** que requereu a ampliação da posição manifestado pelo PS a propósito do requerimento do PCP quanto à audição do Observatório da Emigração, sendo que quanto ao demais se considera satisfeito, pelo que não se opõe a que a presente Ata seja submetida à votação.

Assim, e com a ressalva da revisão do seu teor, conforme à intervenção anteriormente produzida, a Ata foi submetida à votação pelo **Senhor Presidente**, tendo sido aprovada por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

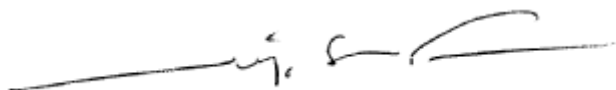
A finalizar, lembrou o **Senhor Presidente** que a próxima reunião terá lugar no dia 15 de Dezembro, pelas 16 horas, em virtude de na terça-feira ser feriado. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a reunião pelas doze horas e quinze minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20150109.mp3

Palácio de S. Bento, 9 de Dezembro de 2015

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
Assunção Cristas
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Domicília Costa
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
João Oliveira
Jorge Moreira da Silva
José Cesário
Lara Martinho
Maria Germana Rocha
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto
Adão Silva
Carla Sousa
Wanda Guimarães

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 19/01/2016.